



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**MENSAGEM Nº 037, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CARLOS/SC**

**ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE**

**NOBRES VEREADORES**

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa excelência, para apreciação desta Veneranda Câmara Municipal, o Projeto de Lei que trata da regulamentação do estágio (Programa Municipal Oportunidade Jovem), abrangendo estudantes de quais quer instituição de ensino médio, superior ou curso profissionalizante.

Tendo em vista que o número de estudantes vem crescendo consideravelmente em nosso município, faz-se necessário a implementação da presente lei, para oportunizar aos jovens uma atividade como forma de enriquecer o aprendizado, oportunizando o conhecimento teórico, associado ao prático.

É de extremo interesse da administração criar possibilidades de aprendizado renumerado, integrando, desta forma, condições iguais aos estudantes do ensino médio, ensino técnico e ensino superior.

A intenção é estabelecer e propiciar uma regulamentação específica a este grupo em especial com a criação deste Programa de Incentivo, podendo assim, haver uma maior segurança jurídica e apoio a este grupo, bem como poder ser contratado em todo âmbito da administração municipal, sempre que houver necessidade.

Deste modo, ao submeter o presente Projeto de Lei à elevada apreciação da Casa Legislativa, estou certo de que sua leitura demonstrará busca da justiça social, atendendo uma faixa etária em processo de estudo, sempre com o olhar no interesse público e nas necessidades do cidadão, reconhecendo o grau de prioridade para sua aprovação.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar as Vossas Excelências os protestos de elevado apreço.

Prefeitura Municipal de São Carlos/SC, em 24 de outubro de 2022.

**RUDI MIGUEL SANDER**  
Prefeito Municipal





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

**PROJETO DE LEI ORDINARIA Nº 028, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022**

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL OPORTUNIDADE JOVEM E DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ESTÁGIOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Rudi Miguel Sander**, Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que encaminha para apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

**Art 1º** - Fica instituído no Município de São Carlos/SC o **PROGRAMA MUNICIPAL OPORTUNIDADE JOVEM** para concessão de estágio remunerado ou não remunerado que obedecerá ao dispositivo nesta lei, bem como em decreto a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

**Parágrafo Único** – O Programa referido no caput, consiste no oferecimento de estágio em órgãos, secretarias, departamentos da administração municipal direta ou indireta, para estudantes do Ensino Médio, Ensino Superior, Profissionalizantes ou congêneres.

**Art. 2º** - Os departamentos, órgãos ou secretarias da Administração Pública Municipal poderão requerer e aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados na esfera estadual, federal ou privada.

**§ 1º** - Os alunos a que se refere o caput desta lei, devem, comprovadamente, estar frequentando curso de Ensino Superior, Ensino Médio, Técnico Profissionalizante ou Educação de Jovens e Adultos.

**§ 2º** - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente ao estágio.

**§ 3º** - O estágio tem por objetivo propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, devendo ser planejado, desenvolvido, supervisionado e avaliado em conformidade com os currículos e programas escolares, quando solicitado pela Secretaria de Educação.

**Art. 3º** - O estágio será realizado e desenvolvido mediante prestação de Processo Seletivo e Chamada Pública, observadas as seguintes condições:

- I - celebração de convênio entre Administração Municipal e as Instituições de Ensino;
- II – Assinatura de contrato no setor de Recursos Humanos, observados todos os direitos, após aprovação em exame admissional;
- III – Respeitar o valor estipulado da Bolsa de Complementação Educacional a ser paga pela Administração Municipal;
- IV – O reajuste no valor individual e seus complementos, seguirá a reposição dos demais servidores municipais;
- V – Idade mínima do estagiário deverá ser de 16 anos completos até o ato da contratação;

**Art. 4º** O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Administração Municipal e se reverterá sob a forma de Bolsa de Complementação Educacional, ressalvando





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estagiário, em qualquer hipótese, estar assegurado contra acidentes pessoais.

**Parágrafo Único** – A concessão de benefícios relacionados a vale- alimentação, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

**Art. 5º** - A jornada de atividades deverá compatibilizar-se com o horário escolar do estudante e com o horário de expediente na esfera organizacional em que venha a realizar o estágio remunerado, respeitando a jornada que segue:

**§ 1º** - 4 (quatro) horas em carga horária de 20 (vinte) horas semanais para alunos do Ensino Médio;

**§ 2º** - 6 (seis) horas em carga horária de 30 (trinta) horas semanais para alunos do Ensino Superior, da educação profissional nível médio e do ensino médio regular Técnico Profissionalizante ou Educação de Jovens e Adultos;

**§ 3º** - O valor individual inicial de R\$ 1.450,00, para 30 (trinta) horas e R\$ 967,00 para 20 (horas), para ambos fica acrescido Vale-Alimentação, conforme Lei vigente.

**Art. 6º** - O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social, conforme necessidade e interesse da Administração Municipal.

**Art. 7º** - No interesse da Administração Municipal poderão ser celebrados convênios, com entidades públicas ou privadas, visando a oferta de estágios voluntários não remunerados, em atendimento à complementação curricular do seu curso em andamento de formação.

**Parágrafo Único** – Compete à conveniada as obrigações legais relativas à oferta de estágio, em específico, a realização do seguro obrigatório.

**Art. 8º** - Compete aos Secretários Municipais, por meio do órgão de Recursos Humanos, ser o responsável pela realização do Processo Seletivo e Chamada Pública.

**Art. 9º** - É vedada qualquer tipo de cobrança ao aluno para participar do Processo Seletivo.

**Art. 10** – Compete ao estudante-estagiário seguir as diretrizes do departamento, órgão ou secretaria que efetuar a contratação.

**Art. 11** - O estágio terá duração máxima de 02 (dois) anos, sendo permitida a prorrogação por igual período.

**§ 1º** – Poderá ser realizada contratação pelo tempo que o departamento, órgão ou secretaria necessitarem, devendo o estagiário tomar conhecimento do período de duração da contratação.

**§ 2º** - Poderá ser realizada, se interesse público ou necessidade houver, prorrogação do período contratado.

**§ 3º** - Encerra-se o estágio quando:

I – encerramento do período previsto de contratação;

II – Após dois anos de serviço prestado, caso não seja renovado;

III – Por desistência do estagiário, em requerimento;

IV – Por falta, sem motivo justificado por 05 (cinco) dias consecutivos, ou por 08 (oito) dias





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

intercalados no período de 90 (noventa) dias;

V – Por conclusão do Curso ou interrupção;

VI – Por iniciativa da Administração Municipal, a qualquer momento, no caso de descumprimento das obrigações assumidas ou apresentar conduta contraditória às normas disciplinares estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**Art. 12** - O estágio, sob responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino e controlado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São Carlos/SC, será realizado de acordo com esta Lei Municipal, a Legislação Federal e suas posteriores alterações.

**Art. 13** - É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente durante as férias coletivas ou escolares.

**Paragrafo Unico** - O recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

**Art. 14**- As despesas decorrentes da execução da presente Lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária própria do município, que será suplementada, caso seja necessário.

**Art. 15** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Art. 16** - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito municipal de São Carlos/SC, em 24 de outubro de 2022

**RUDI MIGUEL SANDER**  
Prefeito Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/10/2022 17:31 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p6356f61973cf0>.

